

Vasco integra ônibus ao aquaviário depois do sistema reativado

AV17456

O prefeito de Vila Velha, Vasco Alves de Oliveira, quer que a Comdusa recoloque em funcionamento o transporte aquaviário na ligação com o terminal da Prainha, garantindo que, se isso for feito, promoverá a integração deste serviço com as linhas municipais de ônibus dentro de 90 a 120 dias. "Faço este compromisso público, porque tenho interesse na reativação do aquaviário", declarou.

Vasco Alves, no entanto, manifestou estranheza de só agora o diretor administrativo da Comdusa, Valter Denadai, apresentar como condição para a reativação do transporte aquaviário sua integração com as linhas de ônibus municipais. "Isso deveria ter sido colocado antes da desativação do serviço", que ocorreu no dia 11 de maio, após a greve dos funcionários marítimos, resultando poucos dias depois na oficialização da paralisação do serviço pelo governador Gerson Camata.

O prefeito de Vila Velha reuniu-se, na tarde de ontem, com sua assessoria, visando a analisar as declarações feitas pelo diretor administrativo da Comdusa, que somente admitiu o retorno ao funcionamento das lanchas do aquaviário a integração das linhas de ônibus municipais em Vila Velha e Cariacica, argumentando que, com essa medida, o sistema teria viabilidade financeira, eliminando os deficits que vinham sendo acumulados. Vasco lembrou que, quando o governador decretou a desativação do serviço, em maio, ele foi contrário e apontou como solução a integração agora proposta.

Reafirmou que "a desativação do aquaviário só premiou o empresário que detém o monopólio do transporte coletivo em Vila Velha", referindo-se à Viação Alvorada. Segundo Vasco Alves, a população do município "não pode ser penalizada pela suspensão desse serviço sem sequer ser ouvida, como aconteceu".

O transporte aquaviário foi considerado por Vasco Alves como sendo "do interesse social da população, assunto de maior importância. E quando da desativação, fui um dos primeiros a lamentar a medida, e disse que ao invés da paralisação, deveria ser feita a integração com o transporte de ônibus. E estamos dispostos a fazer isso.

Contudo, o prefeito de Vila

Velha entende que a integração do transporte de ônibus com o aquaviário implica na participação do Detran, que detém o controle das linhas semi-urbanas, utilizadas por 90% da população de Vila Velha. Isso, segundo Vasco Alves, importa em que também aquele órgão seja procurado pela Comdusa, a fim de que os coletivos que cobrem o percurso entre Vila Velha e Vitória sejam remanejados para alimentar o terminal aquaviário de Prainha.

Vasco informou que, para fazer a integração com o aquaviário, vai criar uma empresa de transporte municipal, cujos ônibus farão ligação dos bairros com o terminal aquaviário de Prainha. Além disso, disse que solicitou ao Instituto Jones dos Santos Neves que o terminal de passageiros previsto para a praça em frente à prefeitura de Vila Velha, seja instalado na Prainha.

O terminal de passageiros previsto para Vila Velha faz parte de uma série de obras para melhorar o transporte coletivo da Grande Vitória, usando recursos do programa Aglomerados Urbanos (Aglurb), cuja implantação terá início no mês que vem. A prevalecer a localização do terminal em frente ao prédio da prefeitura, a integração dos ônibus com o aquaviário ficaria prejudicada, na opinião do prefeito.

Outra questão levantada por Vasco Alves foi com relação ao processo de fixação dos preços das passagens para os ônibus de linhas semi-urbanas da Grande Vitória. Segundo ele, embora todos os usuários desses coletivos tenham origem nos municípios da região, as prefeituras não são consultadas sobre as tarifas a serem concedidas, tudo sendo decidido pelo conselho administrativo do Detran, unilateralmente.

Disse que vai provocar uma reunião do Conselho de Desenvolvimento Integrado da Grande Vitória (Codivit), a fim de que os prefeitos marquem uma posição em relação aos critérios que devem ser seguidos para concessão dos preços das passagens dos ônibus. Vasco Alves não abre mão de que os prefeitos influam nos índices de correções das tarifas, visando atender os interesses populares que representam.